

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

**O PERCURSO HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS REFORMAS EDUCACIONAIS
NO BRASIL¹
THE HISTORICAL ROUTE OF THE MAJOR EDUCATIONAL REFORMS IN
BRAZIL**

Diego Dos Santos Verri², Hedi Maria Luft³

¹ Pesquisa desenvolvida na disciplina de Epistemologia da Educação Popular em Espaços de Cooperação do Programa Pós Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI.

² Mestrando em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Bolsista Capes. diverry@hotmail.com

³ Doutora em Educação, professora do Departamento Humanidades e Educação e do Programa de Pós-Graduação ? Unijui ? Campus Santa Rosa. hedim@terra.com.br 496345850-00

Resumo:

O objetivo do estudo é analisar o percurso histórico das principais reformas educacionais no Brasil a partir do ano de 1759 até meados da década de 1930. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e para tanto, utilizamos materiais bibliográficos, artigos científicos, decretos e resoluções. Como referência de análise, escolhemos às propostas de governos deste período. Geralmente, cada governo determina sua maneira de tratar o tema educação e suas propostas de reformas são quase sempre diferenciadas das propostas dos anteriores, justamente para registrar a marca governamental. Contudo o que podemos salientar é a necessidade de se estabelecer reformas que venham suprir as necessidades básicas da aprendizagem, na educação brasileira. Importa salientar que, as reformas educacionais no Brasil se estabelecem como governamentais e, raramente se constituem em políticas públicas de Estado, viabilizando a ampliação da qualidade da educação. Assim, na maioria das vezes os resultados não são satisfatórios, principalmente se comparados com outros países que utilizam de reformas para obter, através da educação, novas possibilidades de avanços em áreas como economia, saúde, justiça e bem estar social.

Abstract

The objective of the study is to analyze the historical path of the main educational reforms in Brazil from the year 1759 until the mid-1930s. It is a bibliographical research and for that we use bibliographical materials, scientific articles, decrees and resolutions. As a reference for analysis, we have chosen the proposals of governments from this period. Generally, each government determines its approach to education, and its reform proposals are almost always differentiated from the proposals of the previous ones, precisely to register the government brand. However, what we can highlight is the need to establish reforms that will meet the basic needs of learning in Brazilian education. It should be noted that educational reforms in Brazil are established as governmental and rarely constitute public State policies, making it possible to increase the quality of education. Thus, most of the time the results are not satisfactory, especially if compared to other countries that use reforms to obtain, through education, new possibilities for advancement

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

in areas such as economy, health, justice and social well-being.

Palavras Chave: Educação, História da Educação, Governo, Políticas Públicas.

Keywords: Education, History of Education, Government, Public Policies.

Introdução

O presente estudo analisa as principais reformas ocorridas no campo educacional no Brasil a partir da década de 1549 até meados da década de 1930, além de incluirmos um quadro da educação. Tem como objetivo considerar o percurso histórico mapeando as contribuições das propostas perpetradas pelos governos, no referido período, para a educação. Para obter os dados da pesquisa utilizamos materiais bibliográficos abrangendo artigos, periódicos e documentos disponíveis em sites de pesquisa sobre o tema.

As reformas educacionais ocorridas no Brasil refletem a necessidade de análise e pesquisa a cerca do tema, incorporando debates e buscando o entendimento sobre as ações e os avanços obtidos a partir das propostas implementadas. Partimos da educação jesuítica implantada no Brasil em meados dos anos de 1549, que se instituiu como restrita e elitista voltada para uma pequena parcela da população. A dominação jesuíta na educação se deu em muitos países, porém, no período dito Pombalino (1750- 1777) o então 1º ministro de Portugal Marquês de Pombal, tratou de estabelecer novas diretrizes para os domínios portugueses fazendo assim, uma das primeiras reformas na educação brasileira Saviani (2013, p.31). A reforma consistia na expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas e a imposição de novas diretrizes para a educação nos domínios de Portugal bem como na metrópole. Tais medidas fazem parte do próprio processo de ideias a que os antigos regimes estavam passando uma vez que, as ideias iluministas estavam derrubando regimes absolutistas o que favorecia o estabelecimento de novos processos para que o poder se mantivesse nas mãos dos agora chamados déspotas.

A partir de 1850 com o fim do tráfico negreiro e o aumento significativo da imigração, cabe à necessidade de se estabelecer novas diretrizes para a educação no Brasil. O período da Primeira República tem como uma de suas características o crescimento populacional advindo do próprio tráfico negreiro e da busca de novas oportunidades por parte dos imigrantes que viam no Brasil uma nova saída para construção de suas vidas. Segundo dados do IBGE (2000), no ano de 1900 o Brasil era um país com cerca de 65.3% de analfabetos, tais índices são característicos de uma educação precária e não democrática.

A década de 1930 é marcada pelo Manifesto dos Pioneiros e da instituição da Educação Nova que desponta para uma nova proposta de educação baseada na reformulação dos processos educativos numa tentativa de superar o problema da inoperância do sistema educacional brasileiro. O documento propunha uma abertura à sociedade ampla e a inter-relação entre instituições sociais, ou seja, a real necessidade de uma escola com preceitos sociais e uma fuga da escola elitista e conservadora.

O conjunto de reformas que se estabelece a partir da Primeira República tem como objetivo trazer a educação para o trabalho e com cunho cívico e de ordem republicana. As reformas estabelecidas no decorrer dos processos políticos brasileiros tinham como pressupostos políticas

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

governamentais, o que fazem com não se estabeleçam como políticas públicas para a educação do país. Desta forma, os processos subsequentes buscam propostas prontas que se estabeleceram em outros países e aqui foram aplicadas sem continuidade efetiva e logo substituídas por outras com o ideário de solucionar problemas de uma educação não reconhecida e nem estabelecida como meta para o crescimento e desenvolvimento para o país.

Metodologia

A pesquisa é de cunho bibliográfico num processo que supõe estratégias de produção de dados. Neste sentido, utilizamos a fim de atingir o objetivo proposto, uma forma básica de busca: investigação bibliográfica em jornais, livros, revistas, periódicos, artigos e legislação referente ao tema. Os dados foram elaborados e produzidos a partir de um estudo de pesquisa bibliográfica em autores de referência como: Demerval Saviani, Anísio Teixeira entre outros bem como artigos relacionados à temática. Além disso, buscamos estabelecer uma interrelação sequencial histórica no que se refere às reformas educacionais no Brasil. Para facilitar a organização dos dados e para futuras análises de interessados na temática, elaboramos um quadro das principais reformas ocorridas no Brasil até meados de 1996. Importa salientar que apenas incluímos os dados de 1930 a 1996 para dimensionar um quadro mais completo, no entanto, a análise se restringe as propostas educacionais do Brasil a partir do ano de 1759 até meados da década de 1930.

Resultados e Discussão

A Educação Jesuítica e as Reformas Pombalinas

A educação jesuítica tem início com os padres ligados a Companhia de Jesus. Possuidora de um caráter elitista, o ensino focava em retórica, humanidades, gramática portuguesa, grego e latim. Esse enfoque compreendia a um 1º ciclo, ou seja, ao dito elementar (com tempo hábil de seis anos, mais três anos) onde o ensino de matemática, física, filosofia também latim e grego completavam o que para a época era considerado o fundamental para a formação dos gentios. Segundo Montalvão (2008) ao citar o Colégio de Jesus da Bahia faz referência às acomodações e a quantidade de alunos matriculados.

O Colégio de Jesus da Bahia foi fundado em fins do ano de 1549. Com instalações e acomodações pequenas, que lhe impunham uma limitação no número de alunos, nunca contou com mais de 25 alunos internos (entre órfãos, índios e mamelucos). Também frequentavam as aulas de ler e escrever alguns alunos externos (em sua maioria filhos de colonos portugueses).

O método jesuíta era baseado no Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu que estava mais focado em estabelecer regras para os envolvidos no processo do que para ações pedagógicas efetivas. Era um método que os padres deveriam seguir em suas aulas e, segundo Saviani (2013, p. 55) "O plano foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes

No período Pombalino (1750-1777), Marquês de Pombal era primeiro ministro de Portugal, algumas medidas foram adotadas a fim de estabelecer um controle maior sobre o Brasil. Pombal tentou estabelecer ligações entre o antigo

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

regime e as novas ideias do movimento iluminista propondo reformas sociais e culturais com o intuito de amenizar as tensões na colônia. Com as medidas de Pombal o Brasil tem sua primeira grande reforma na educação que, após a expulsão dos Jesuítas, deixa o sistema educacional brasileiro em uma situação de abandono por aproximadamente dez anos.

Para manter a necessidade de escolas, que agora passam a não mais se expandir e entram em um retrocesso, as reformas Pombalinas trazem o Alvará Régio (1759) onde as aulas Régias deveriam tratar de latim, grego, filosofia e retórica, com o intuito de preencher a lacuna deixada pela ausência dos colégios jesuítas.

A criação das aulas régias marcou o surgimento do ensino público oficial e laico visto que, até então, a educação formal em todos os seus níveis estava sob o controle da Igreja, que também detinha grande influência sobre outras áreas da cultura, como as artes e a impressão de livros. A posição-chave ocupada pelos jesuítas e a crescente influência destes nos assuntos seculares contrariavam os pressupostos das reformas empreendidas por Pombal, que possuíam um caráter marcadamente secularizador e regalista, inspirado pelo ideário ilustrado da época. O que estava em causa não era, portanto, a Igreja em seu sentido espiritual, mas seu papel no terreno cultural do contexto português da época (FALCON, 1989, p. 423- 432).

Segundo Falcon (1989), a implantação das aulas Régias tinha como intuito diminuir a influência da igreja em diversas questões dentre elas a educação aplicada na metrópole e nas colônias portuguesas ressalta ainda, que a influência da igreja não estava apenas no campo religioso e pairava em questões culturais o que demonstra a dominação da igreja em questões que não cabiam mais a ela, em função do próprio período histórico em questão, ao qual pautava em fortalecer o estado português agora com propósitos inspirados no despotismo esclarecido.

Transformações Educacionais no Período Monárquico Brasileiro.

Com a fuga da família real de Portugal (1808), expulsa por Napoleão, temos uma nova mudança na educação, agora com vistas a estabelecer cursos superiores no país e rever o ensino primário e secundário. Com o Ato Adicional de 1834 estabelecem-se as Assembleias Provinciais onde estas, além de outras atribuições, estavam responsabilizadas da instrução pública que agora era passada ao poder local, onde este poderia criar suas próprias escolas ficando o governo central com o ensino superior. Com a descentralização existia um problema maior que era suprir as necessidades de docentes no país com isso, ainda em 1835 se estabelece em Nitéroí - RJ a primeira escola normal do país dois anos mais tarde é criado o Colégio Pedro II onde este era base para todos os demais estabelecimentos educacionais pelo Brasil. A educação secundária continuava sendo elitista e voltada para as classes mais favorecidas que poderiam pagar este ensino, ficando a educação brasileira voltada para a aristocracia da época com o objetivo de formar os futuros dirigentes do país.

O Ato Adicional foi aprovado em 12 de agosto de 1834 com o objetivo de amenizar os conflitos do período regencial. Criou as assembleias provinciais e possibilitou às mesmas, no artigo 10º parágrafo 2º, legislar “sobre instrução públicas e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral”

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

(NOGUEIRA, 2001, p. 108).

No ano de 1878 surge o nome de Leôncio de Carvalho, professor da faculdade de direito de São Paulo (1871), deputado e mais tarde nomeado para a pasta de negócios do Império (1878), é dele o decreto de reformulação da educação no município da corte e no ensino superior do período e que mais tarde daria início ao projeto de reestruturação proposta nos projetos de Ruy Barbosa no ano de 1882, chamados de Reforma do Ensino Secundário e Superior e um ano mais tarde o projeto Reforma do Ensino Primário e Instituições Complementares da Instrução Pública.

Com a proclamação da República em 1889 muito havia de ser feito, um país que até então era governado por um imperador que concentrava poderes agora passava a constituir novas formas de governar. A divisão de poderes no Brasil no período que compreende a República Velha ficava entre o presidente e os representantes dos estados. Este período é de intensas mudanças em que o avanço da indústria e a nova força de trabalho, que até então era escrava, aparece sob a forma de imigrantes europeus, que buscaram no Brasil refúgio e o ideal de uma nova vida.

A Educação na Primeira República

A educação no período da Primeira República é marcada também por mudanças. A Constituição Federal de 1891 previa que a União ficasse apenas com a educação no Rio de Janeiro, capital do país, e estados com maior poder aquisitivo assumiriam a oferta de ensino enquanto os estados mais pobres passavam a responsabilidade para os municípios. Com tamanha fragmentação as propostas foram muitas e com disputas entre ideologias, o positivismo e o escolanovismo estavam em voga, mas ainda, católicos e anarquistas também estavam na batalha pela aceitação de suas propostas de reformas educacionais.

Uma modalidade marcante neste período corresponde aos grupos escolares, que criados em meados de 1907, correspondiam a uma nova forma de reorganização da escola e do fazer pedagógico. Segundo Souza (1998, p.16), “[...] os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época.”

O modelo de escola republicana era inovador, contrapondo-se ao modelo imperial, buscava concentrar em um só prédio várias escolas espalhadas em determinada região transformando em uma só sob uma única direção. Estas reformas e agrupamentos iniciaram nas capitais seguindo aos municípios com maior poder aquisitivo e maior população, desta forma não atendia em sua plenitude os avanços necessários para o estabelecimento de uma educação ampla e democrática para todos.

É sabido ainda que, existia a modalidade de educação em tempo integral. Esta vigorou até meados dos anos 20 sob a forma de internatos focados em um público seletivo, filhos das oligarquias brasileiras. Com a expansão agro-industrial e o desenvolvimento das cidades ocorre a ampliação do ensino para toda a população o que faz com que se ofereça um maior número de vagas, ocorrendo assim a diminuição do tempo da escola.

O declínio da República Velha chega ao mandato de Washington Luís quando este rompe com a política do café com leite ao nomear o candidato paulista Júlio Prestes o que desagradou os

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

mineiros que lançam a Aliança Liberal com isso, organizam as oligarquias dissidentes (MG, RS, PB) que lançam Getúlio Vargas como candidato que com apoio de setores urbanos e dos tenentes vão para a disputa eleitoral. A vitória veio para Júlio Prestes, o grupo apoiado por Getúlio Vargas não aceitando o resultado e após a morte de João Pessoa criam um ar de instabilidade no país que com o lema “ Façamos a Revolução antes que o povo a faça” utilizam deste para por em prática seus projetos para o país. O resultado de todo este processo é a formação de grupos organizados a fim de tomar o poder e impedir a posse de Júlio Prestes. Segundo Vicentino e Dorigo (2012, p.75). Até então, desde a independência, os sucessivos governos brasileiros representavam os interesses de uma única categoria socioeconômica, fosse à aristocracia rural escravocrata do império, fosse a oligarquia cafeeira dos primeiros anos da república. Agora o novo governo representava vários grupos distintos, como as oligarquias dissidentes, os setores urbanos e os tenentistas, aparentemente vitoriosos dentro das forças armadas.

Com a posse de Vargas inicia o governo provisório (1930) e as novas formas representativas da sociedade. Surge aqui uma nova proposta de educação integralizada voltada agora para os filhos da classe trabalhadora. Conhecida como reforma Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Anísio Spindola Teixeira nasceu em Caetité, Bahia, no ano de 1900, era filho de uma família burguesa muito influente politicamente, o que lhe proporcionou o estudo em uma época em que o acesso à educação era limitado a pessoas com um poder aquisitivo elevado. Sua educação inicia com padres jesuítas e é finalizada na Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1922 quando é graduado em Ciências Jurídicas. No ano de 1924 entra para a educação, quando recebe o convite do governador da Bahia para ocupar o cargo de inspetor de ensino.

Segundo Gouveia Neto (1973), o marco de toda sua relação com a educação cria sentido real quando Anísio Teixeira entra em contato com John Dewey, professor da Universidade de Columbia, ao qual foi aluno durante um ano, o que fez com que suas bases filosóficas e sua relação com a educação tivessem outro sentido ideológico e passa a defender a crença no ser humano e de suas possibilidades quando instigado no campo da educação. Anísio Teixeira acreditava no poder transformador da educação na vida dos sujeitos e o quanto estes passam a ser agentes da sua própria transformação, utilizando do próprio crescimento como impulso. Conforme Lima (1960, p. 132).

Pode-se dizer que Anísio acredita em educação porque acredita no homem, nas suas possibilidades de mudar, de reconstruir, de refazer e de pensar. Traço igualmente representativo do seu pensamento educacional é que não há como ponto prévio de partida, educações diferentes para homens diferentes. São os homens mesmos que diferenciarão ou graduarão, pelos dons da própria personalidade, a educação que são suscetíveis de receber.

A educação em tempo integral era uma bandeira muito defendida por Teixeira, sendo baseada na análise da educação americana. Anísio busca em seus estudos a ideia de uma formação integral do sujeito capaz de rever todos os conceitos no que diz respeito à educação da época dita artificial e livresca, o que se necessitava era uma mudança drástica nestas questões e a saída mais certa

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

era a implantação de novas propostas para a educação no Brasil.

Teixeira em sua obra constrói uma relação muito forte entre a escola e a realidade do educando, onde este era confrontado com uma educação não condizente com sua realidade, fazendo deste um mero ouvinte não participativo muito menos entendido do seu processo quanto sujeito.

Porque a escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe média que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa, em estreita afinidade com o programa escolar, nas instituições destinadas a educar, no sentido mais lato da palavra... já não poderia ser a escola predominantemente de instrução de antigamente, mas fazer às vezes da casa, da família, da classe social e por fim da escola propriamente dita (TEIXEIRA, 1962, p. 24).

Sua fala é carregada de novas ideias e de que a escola deveria sim abrigar a classe trabalhadora e não apenas ser a escola da classe média ou daqueles que por fazer parte da classe dominante são facilitados nos processos sociais por sua inserção de forma real dentro dos processos do capitalismo.

Em 1932 buscando a defesa de uma educação libertária e que fosse a própria vivência e não apenas a preparação para a vida, assina juntamente com mais 25 manifestantes, intelectuais brasileiros e estudiosos do assunto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O Manifesto propunha uma nova proposta de educação baseada na reformulação do processo educativo e o problema da inoperância do sistema educacional brasileiro na década de 30. O documento propunha uma abertura à sociedade ampla e a inter-relação entre instituições sociais, ou seja, a real necessidade de uma escola com preceitos sociais e uma fuga da escola elitista e conservadora.

Por que a escola havia de permanecer entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 3).

No próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Anísio Teixeira defende a educação em tempo integral como sendo uma saída eficaz e coerente para a implantação das novas políticas educacionais. O desenvolvimento integral do educando é presente em muitas passagens do Manifesto, o que prevê a preocupação já na década de 30 com uma proposta que fizesse a diferença dentro dos processos educacionais e uma real transformação no modelo de educação e que esta fosse assumida por todos como meta de solução para lacunas na educação básica. Anísio e os demais manifestantes defendiam o acesso de todos à educação integral e esta deveria ser ampla e voltada para o social:

[...] mas do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado, que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. [...] Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 5).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O pensamento de Anísio Teixeira irá se consolidar na inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro ou também conhecida como Escola Parque com o intuito de preparar o sujeito para a vida social e econômica na sociedade “hábitos de vida real” (TEIXEIRA, 1997, p. 87)..

Os ideais de uma sociedade justa e certa de seus preceitos de agente transformador estão no cerne da obra de Anísio Teixeira, que mesmo pertencente à elite pensava na liberdade do sujeito e na importância deste para o desenvolvimento de seu país e a eficácia da educação para a transformação do meio em que estava inserido.

No quadro teremos uma visualização do quanto em nosso país se buscou diferentes propostas e legislações para ampliar e aprimorar a qualidade da educação. No entanto, bem sabemos que sem investimento significativo não há como melhorar a formação dos que buscam na escola uma das possibilidades de boa formação.

Principais reformas ou projetos de lei no Brasil-1549- 1996.

Reforma/lei	Ano	Observação
Jesuítica	1549	Trazido ao Brasil por Thomé de Souza
Pombalina	1760	Expulsão dos Jesuítas
Constituição de 1824	1824	Instrução Primária e gratuita à todos
1ª lei do ensino elementar	1827	Referência para o ensino Primário e Secundário nas províncias
Ato Adicional	1834	Ensino elementar, secundário e formação de professores com as províncias e superior com o poder central
Leôncio de Carvalho	19/04/1879	Lei estrutural do ensino no Brasil
Benjamin Constant	1890	Norteadas pelas ideias positivistas de August Comt
Epitácio Pessoa	1901	Org. dos códigos dos institutos de ensino superior
Rivadária Correa	1911	Ideário de educação livre
Carlos Maximiliano	1915	Reorganização Ensino secundário e superior
Rocha Vaz	1925	Institui currículos em série
Francisco Campos	1931	Criação do estatuto das universidades
Manifesto Pioneiros da Educação Nova	1932	Manifesto com ideias de educadores da época
Gustavo Capanema	1942	Reforma do Ensino Secundário
Dereto Lei 4244	1942	Lei Organica do Ensino Industrial
Decreto lei 6141	1943	Lei orgânica ensino comercial
Decreto Lei 9613	1946	Lei orgânica ensino agrícola
Lei 4024	1961	Transformação nas mentalidades da educação brasileira

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Lei Nº 5540	1968	Normas e funcionamento do ensino superior
Lei Nº 5692	1971	Atualização e expansão do ensino de 1º e 2º graus
Lei Nº 7040	1982	Profissionalização do ensino de 2º grau
Lei Nº 9131	1995	Novas atribuições ao Conselho Nacional de Educação
Lei Nº 9394	1996	Estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados retirados em SAVIANI (2013).

Percebemos nas leituras realizadas nos materiais escolhidos, e também, através deste quadro que a legislação brasileira sempre teve forte influência na educação. Muitas vezes, até para justificar a mesma. O quadro reflete as alterações frequentes da legislação e um marco é a Lei de diretrizes e bases da educação brasileira Lei 4024 de 1961 que ainda estava sendo implementada quando foi sancionada a Lei 5692 de 1971, unicamente para impor a formação tecnicista no Brasil, em função do advento da indústria.

Por fim, entendemos que após analisar o percurso histórico das principais reformas educacionais no Brasil a partir do ano de 1759 até meados da década de 1930 o surgimento de diversas reformas e o não estabelecimento efetivo de uma política pública eficaz para a educação no Brasil.

Considerações Finais

Na busca da compreensão, ao que nos referimos às transformações na educação brasileira, buscamos através de uma abordagem histórico-crítico analisar como se estabeleceram as diretrizes para a construção das propostas de educação no Brasil. Nos interessamos saber quais as reformas mais pertinentes e as propostas que antecederam os processos democráticos uma vez que, as bases para a educação no Brasil se deram sob uma ótica elitista e que não incluíam a grande parcela menos favorecida nos períodos pesquisados.

Os processos educacionais se confundem com a própria história do Brasil, e a história de dominação por grupos políticos organizados, que têm por objetivo, manter suas ideologias que representam seus interesses. Assim, não há políticas públicas educacionais que se tornem efetivas para alcançar a reforma educacional que o país precisa para seu desenvolvimento social e econômico.

Portanto, ao analisar as reformas constatamos que é urgente a necessidade de políticas públicas educacionais para ampliar a qualidade da educação de forma efetiva e que se estabeleçam não apenas como propostas governamentais e sim como políticas públicas que venham a contribuir com o desenvolvimento intelectual e social do país. Contudo podemos observar que, as reformas educacionais no decorrer da história da educação do Brasil não fundamentaram um processo de construção coletiva. A falta de democracia e a ausência da opinião pública nas decisões

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

importantes constituíram uma cultura de que fica a cargo de grupos elitistas dominarem as propostas educacionais.

Não há uma continuidade e mesmo com a luta permanente pela implementação de propostas oriundas dos movimentos sociais para que os saberes dos menos favorecidos possam ser reconhecidos de forma efetiva, sempre são pouco efetivas. Assim, há um contexto de mudanças que, muitas vezes, não foram compreendidas ainda e já vêm outra proposta, que também acaba por não se efetivar, e o protagonismo dos professores é geralmente ignorado. Portanto, há reformas, mas elas não são, a pretensão e tampouco a possibilidade de uma educação de qualidade efetiva.

Referências

- BORBA, Francisco S. Dicionário UNESP do português contemporâneo. Curitiba: Piá, 2011.
- FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina: política econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. (Ensaio, 83).
- FGV. Anos 20, questão social, reformas educacionais. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionais>
- GOUVEIA NETO, Hermano. Educador singular. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- HELENA, Bomeni. Reformas educacionais. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Educacional 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/educacao/tabela_regioes.shtm
- LIMA, Hermes. Anísio Teixeira: estadista da educação. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- MONTALVÃO, Sergio. Educação na ordem constitucional brasileira: da monarquia à república. Revista contemporânea de educação. n. 11, janeiro/julho de 2011.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, mai/ago, 1984.
- NELSON, Valente. As principais reformas na educação brasileira. Disponível em: <http://gibanet.com/2012/10/03/as-principais-reformas-na-educacao-brasileira/>
- NOGUEIRA, Octaciano. Constituições brasileiras: 1824. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: O Legado Educacional do Século XX. Araraquara: UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. Porque "Escola Nova". In: Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador, n.1, 1930. p. 2-30. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/produde.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.
- VICENTINO, Claudio. DORIGO, Gianpaolo. História geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2010.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa